

ANDRÉ LUÍS DE AGUIAR TESHEINER

Manual da
NOVA
ESCRITA
JURÍDICA

**Linguagem Simples,
Inteligência Artificial
e Método IRAC na Prática**

2026

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

15.1. Rascunhos, revisões e robôs: a IA como sua nova ferramenta de escrita

Hoje em dia, basta abrir o celular que ele já está lá: o algoritmo. Sugere músicas, corrige fotos, traduz cardápios e recomenda filmes. A inteligência artificial, que já existia há décadas nos laboratórios e nos filmes de ficção científica, virou gente grande. Saiu da teoria e decidiu que agora vai ajudar em tudo: saúde, educação, engenharia, culinária, astrologia e, é claro, no Direito. Porque se tem um lugar onde a complexidade reina com tranquilidade, é aqui.

Não faltam promessas. A IA pode vasculhar milhares de acórdãos em segundos, prever probabilidades de decisão, organizar acervos, automatizar rotinas e detectar padrões que ninguém conseguiria encontrar com a mesma velocidade (nem com três cafés expressos e um energético).

Mas vamos com calma. Este texto não é sobre carros voadores nem sobre robôs decidindo processos. Aqui, vamos falar de um uso mais direto, mais cotidiano, mais próximo da realidade de quem vive rodeado de documentos, prazos e pilhas virtuais de processos.

O tema aqui é a inteligência artificial como aliada na redação jurídica. Aliada, veja bem, não substituta, não vilã de uma revolução silenciosa que vai demitir todos os redatores, nem uma varinha mágica que transforma rascunhos em sentenças perfeitas com um clique. Pense nela como um assistente paciente e incansável: sugere caminhos, aponta

atalhos, ajuda a organizar ideias e, se for preciso reescrever tudo do zero, faz sem reclamar (pelo menos por enquanto...).

15.2. O que a IA pode fazer por você

O uso da inteligência artificial na redação jurídica, como qualquer novidade, sempre traz alguma resistência. Há quem veja nisso uma ameaça à tradição. Outros desconfiam da precisão, ou simplesmente preferem a velha tela em branco. E não faltam os que temem que a IA vá nos emburrecer, atrofiar o raciocínio jurídico, deixar tudo pronto demais, fácil demais, como se pensar fosse uma habilidade que pudesse enferrujar só porque ganhou um pouco de ajuda.

É normal desconfiar, afinal, ninguém quer errar uma petição por causa de um robô desconhecido ou perder aquele estilo elegante e técnico que custou anos para aprender. Tem gente que prefere mesmo continuar fazendo tudo à moda antiga, confiando apenas na própria experiência, e não em algo tão misterioso quanto um algoritmo.

Muita gente anda pensando: “será que minha profissão também vai acabar sendo substituída pela IA?”. Talvez a questão não seja exatamente essa. O que importa mesmo é descobrir qual tipo de profissional vai se dar melhor em um mundo cada vez mais digital e tecnológico. Provavelmente, quem vai se destacar é quem souber usar a tecnologia a seu favor, aproveitando-a para potencializar suas próprias capacidades e não para substituí-las.

No fundo, não precisa ter medo da IA. O truque é entender como ela pode ajudar no dia a dia, sem deixar que tome conta completamente. As possibilidades são variadas, e não precisam ser futuristas. Veja algumas situações bem reais:

Gerar esboços de petições ou outras peças jurídicas

Um dos dilemas mais frequentes de quem precisa escrever um texto é começar. A folha em branco assusta. Por outro lado, os modelos prontos, muitas vezes, engessam; reutilizam argumentos fora do contexto, repetem vícios antigos e deixam o texto com cara de cópia mal adaptada.

A IA surge aqui como uma alternativa intermediária: ela não parte do nada, mas também não engessa. Você pode dar o contexto, dizer do que se trata, qual o objetivo do texto, e ela propõe algo personalizado. Algo que depois poderá ser reescrito, ajustado, criticado. Mas que já ajuda a sair do lugar.

Você fornece algumas informações básicas e a IA monta a estrutura inicial do texto.

Não que a gente precise deletar os modelos — longe disso! Eles continuam sendo muito úteis em várias situações e ainda salvam tempo quando bem usados. Veremos mais adiante sobre isso, em um capítulo próprio.

Por ora, vamos focar em como a IA pode entrar em cena de forma prática. Vamos explorar alguns exemplos de *prompts*, que são aqueles comandos ou instruções que a gente digita para dizer à inteligência artificial o que queremos que ela faça.

Exemplo 1

Um advogado precisa redigir uma petição inicial de ação de cobrança. Ele descreve para a IA os fatos, o valor devido e a data da inadimplência, e ela sugere um texto com divisão por tópicos: dos fatos, do direito e dos pedidos.

Exemplo de *prompt*:

Atue como um advogado e redija uma petição inicial de ação de cobrança por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito.

No dia 15/10/2025, João da Silva conduzia seu veículo (modelo Gol) pela Avenida das Flores, na cidade de Porto Alegre, quando foi atingido por um Fiat 147 conduzido por Carlos Pereira, que avançou o sinal vermelho em um cruzamento, vindo da Rua das Pedras. O acidente foi causado exclusivamente pela imprudência de Carlos e gerou danos no carro de João, cujo conserto custou R\$ 8.740,00, conforme nota fiscal emitida por oficina autorizada.

A petição deve conter os seguintes tópicos: 1) Dos Fatos, 2) Do Direito e 3) Dos Pedidos. Não é necessário incluir o pedido de citação¹.

A linguagem deve ser técnica, porém clara e objetiva.

1 O artigo 319 do Código de Processo Civil de 2015 lista tudo o que deve constar em uma petição inicial, e, diferentemente do antigo CPC de 1973, não exige que o advogado peça

Quanto mais específico for o seu pedido, quanto mais contexto for informado, melhor será a resposta gerada. Informar quem são as partes, o que aconteceu, os danos causados, se há documentos comprobatórios e o tipo de juízo onde a ação será proposta (juizado especial ou vara comum) são detalhes que ajudam a IA a construir uma peça mais precisa e útil. Além disso, se a ferramenta permitir o envio de anexos, incluir laudos, notas fiscais ou contratos pode tornar a redação ainda mais consistente e convincente.

No *prompt*, diga também o que você não quer. No exemplo, foi indicado que não era necessário incluir o pedido de citação, o que evitou um trecho desnecessário na petição. Além disso, mencionar a estrutura desejada, como os tópicos tradicionais “Dos Fatos”, “Do Direito” e “Dos Pedidos”, dá à IA uma referência clara da organização desejada.

Outro ponto que ajuda bastante é definir o estilo do texto. Você pode pedir uma redação mais técnica, mais simples, mais persuasiva, ou até com foco em conciliação. E lembre-se: se a primeira resposta não ficar exatamente como você queria, é possível ajustar o *prompt* com novas instruções e pedir uma nova versão.

Com prática, escrever *prompts* fica algo natural. E quanto mais claros e completos eles forem, mais você poderá contar com a IA como parceira na sua rotina jurídica.

Exemplo 2

Diferente do exemplo anterior, agora não partiremos do zero. Vamos supor que uma estudante em estágio precisa redigir uma contestação, mas não tem muita ideia de como começar.

Nesse caso, o primeiro passo é fazer o *upload* da petição inicial para a ferramenta de IA. Depois disso, o *prompt* para a IA. Pode ser algo como:

Preciso redigir uma contestação com base nesta petição inicial. A linguagem deve ser técnica e clara, e a estrutura deve seguir os seguintes tópicos: 1) Preliminar de inépcia da petição inicial porque não foram apresentados fundamentos jurídicos do pedido, 2) Mérito, afirmando que a culpa do acidente foi do autor porque não respeitou o sinal vermelho, 3) Dos pedidos, com pedido de improcedência total.

a citação. No passado, isso era obrigatório (art. 282 do CPC/1973), mas hoje não; mesmo que esse pedido não esteja no texto, o juiz determinará a citação.

Procure sempre ser o mais específico possível no seu comando. Se você apenas solicitar que a IA redija uma contestação, ela poderá gerar um texto genérico ou com informações inventadas. Por exemplo: em casos de acidentes de trânsito, informe os detalhes relevantes para a defesa, como os fatos que pretende demonstrar, os valores que está contestando e os motivos da impugnação. Quanto mais contexto, melhor será a resposta.

A estrutura da contestação pode variar conforme o caso concreto. Os tópicos a serem abordados, como preliminares, mérito e pedidos, devem refletir os pontos levantados na petição inicial e os objetivos da defesa. Por isso, recomendo analisar com atenção o processo **antes** de definir o que pedir à IA.

Você também pode usar o *prompt* para obter ajuda com pontos específicos. Por exemplo: se você já sabe qual é a preliminar que deseja alegar, pode ordenar que a IA desenvolva essa parte com maior profundidade, inclusive indicando o número aproximado de palavras desejado.

Ou então, se estiver inseguro quanto à linha de defesa, é possível solicitar que a IA apresente diferentes alternativas de argumentação. Assim, o advogado pode comparar os caminhos sugeridos, avaliar riscos e benefícios de cada um e escolher a estratégia que melhor se ajusta ao caso concreto.

Lembre-se: você pode ir ajustando o *prompt* conforme a resposta. Às vezes, basta um “explique melhor a parte do mérito” ou “resuma o argumento de forma mais objetiva” para tornar o texto mais completo, objetivo e adequado ao seu propósito.

Revisar contratos e outros documentos

Sabe aquela pilha de contratos, pareceres ou documentos processuais que você precisa ler com atenção para não deixar passar nada? O risco de errar é grande, e um único detalhe pode comprometer todo um caso. Um desliz na leitura de uma cláusula, um termo ambíguo que ficou despercebido... qualquer coisa pode abrir um precedente para um problema no futuro.

É aí que a IA entra como um par de olhos extras, e bem mais rápidos. Ela varre o texto, identifica as áreas de risco e te avisa onde você

precisa prestar mais atenção. Você não vai usá-la para fazer todo o trabalho, mas sim para ter um mapa dos pontos importantes, economizando um tempo enorme.

Exemplo prático: imagine que você precisa analisar um contrato de prestação de serviços para um cliente que está contratando uma consultoria. Em vez de ler as dezenas de páginas, você pode pedir para a IA fazer uma varredura.

Prompt que você usaria:

Atue como um advogado especialista em direito civil. Revise este contrato de prestação de serviços de consultoria e aponte as cláusulas que podem trazer riscos legais para o contratante. Explique por que cada uma delas é um problema e, se possível, sugira uma forma mais segura de redigi-las.

Para a IA ser mais eficiente, dê a ela mais contexto. Peça, por exemplo, para ela focar em cláusulas específicas, como as de confidencialidade, responsabilidade ou multas. Você também pode pedir para a IA analisar o documento à luz de uma lei específica, como o Código Civil ou o Código de Defesa do Consumidor, para ver se as cláusulas estão de acordo com a legislação. Quanto mais claro e específico você for, mais precisa será a resposta da IA.

Redigir contratos

Criar um contrato do zero é uma tarefa que exige conhecimento e cuidado. Um bom contrato não é apenas um conjunto de regras; é a base de um acordo, um documento que protege as partes e previne conflitos no futuro.

É verdade que existem modelos prontos disponíveis na internet e, em alguns casos, eles podem até servir como ponto de partida. O problema é que nem sempre esses modelos são bons — muitos têm falhas, estão desatualizados ou não se encaixam na situação concreta. Outras vezes, o modelo até parece adequado, mas não contempla as particularidades do caso, deixando lacunas que podem gerar problemas depois.

Nesse ponto, a inteligência artificial pode ser uma aliada poderosa. Ela consegue estruturar o documento, incluir as cláusulas essenciais e ainda adaptar o texto para um contrato específico, como um de compra

e venda ou de prestação de serviços. Assim, você não parte do zero nem se limita a um modelo genérico: constrói um contrato robusto, ajustado às necessidades reais do cliente.

Exemplo prático: você precisa fazer um contrato de compra e venda de um veículo para um cliente. Em vez de começar com a tela em branco, você pode usar a IA para criar um rascunho completo.

Prompt que você usaria:

Atue como um advogado especialista em direito civil e contratos. Elabore um contrato de compra e venda de veículo usado. O texto precisa ser claro e objetivo. Inclua cláusulas que identifiquem as partes, definam o objeto (o carro), o valor, a forma de pagamento e as responsabilidades pela transferência e pela manutenção. É importante que o contrato proteja tanto o comprador quanto o vendedor.

Para que o resultado seja ainda melhor, adicione mais detalhes ao seu comando. Mencione se o veículo tem alguma garantia estendida, se foi feita uma vistoria ou se há alguma condição especial. Peça à IA para incluir artigos específicos do Código Civil que sejam relevantes para o caso. Você pode também orientá-la a sugerir cláusulas que protejam o vendedor contra vícios de uso ou que garantam ao comprador um prazo para reclamações.

Reescrever trechos truncados

Essa é uma das tarefas em que a inteligência artificial pode ajudar de maneira bastante prática no contexto jurídico.

Os textos jurídicos, por tradição e por hábito profissional, costumam ser longos, com frases extensas, repetições desnecessárias e construções que dificultam a compreensão imediata, tanto por parte dos profissionais do Direito quanto das partes envolvidas nos processos. A IA pode ajudar justamente aí: sugere uma forma mais direta de dizer a mesma coisa, corta o que está sobrando e organiza as ideias de um jeito mais claro. O resultado é um texto que se entende melhor e, por isso mesmo, funciona melhor também.

Um exemplo bastante comum é a reescrita de frases excessivamente subordinadas. Algo como “O autor, na medida em que sofreu danos morais e materiais, que decorreram da conduta culposa do réu, pleiteia...”

pode ser reestruturado pela IA como “O autor sofreu danos morais e materiais causados pela conduta culposa do réu”. A versão reescrita transmite a mesma ideia, mas com menos ruído e com melhor fluidez. Da mesma forma, parágrafos com várias orações encadeadas podem ser transformados em sequências de frases mais curtas, facilitando a leitura e a compreensão, especialmente para quem não tem familiaridade com o vocabulário técnico-jurídico.

Na prática, percebo que não é preciso dar comandos muito detalhados para a IA deixar um texto mais claro. Na verdade, quando uso instruções genéricas demais, como “Aplique as orientações da Linguagem Simples ao texto a seguir”, o resultado costuma vir com um estilo que não combina com o que eu preciso. Por outro lado, pedidos mais diretos, como “Reescreva de forma clara e didática”, tendem a funcionar melhor. O texto fica mais voltado para o entendimento do leitor, sem perder o conteúdo técnico. Claro que isso varia conforme a ferramenta usada, o tipo de tarefa e até o nível de maturidade da tecnologia. Mas, felizmente, a busca por clareza já vem embutida em muitas dessas ferramentas.

Para advogados, essa reescrita é especialmente importante. Um trecho confuso em uma petição pode ser suficiente para atrapalhar a compreensão. Lembre que o juiz e sua assessoria geralmente têm outras centenas de petições na fila para analisar. Então, se um parágrafo não estiver claro, a tendência não é reler com calma — é seguir adiante, talvez pulando justamente a parte mais importante da petição.

IA como revisora gramatical

Embora este livro fale principalmente sobre clareza e organização das ideias no texto jurídico, tem um ponto que não dá para fingir que não existe: é preciso saber escrever certo. Erros de gramática, ortografia ou concordância atrapalham a leitura, desviam a atenção de quem lê e ainda colocam em dúvida o preparo de quem assina.

Perceba que não estamos falando de mensagem de WhatsApp para o grupo da família. Estamos falando de documentos oficiais, de acesso público, que passam por várias mãos, circulam entre setores, integram processos e ficam registrados nos sistemas da Justiça. Muitos desses processos nunca serão eliminados, ficando arquivados para sempre, e com eles, os erros de português que ninguém revisou.

A boa notícia é que, também nesse ponto, a inteligência artificial ajuda — e ajuda bem. Ao contrário da interpretação jurídica, que depende de contexto, a correção gramatical é mais objetiva. A IA encontra, em segundos, erros de concordância, acentos que sumiram, vírgulas mal colocadas. Coisas que até passam despercebidas por gente experiente, mas que podem deixar o texto com cara de rascunho.

A aplicação é simples. Antes de finalizar uma petição, um despacho ou um parecer, você pode utilizar um *prompt* direto e funcional, como este:

Revise o texto jurídico a seguir, corrigindo apenas erros de ortografia, gramática e concordância verbal e nominal, sem alterar o estilo ou termos técnicos do Direito.

Em geral, isso é o suficiente para obter uma versão revisada que serve como base para a versão final.

Vejamos um exemplo do uso da IA como revisora: imagine que o profissional repete várias vezes, ao longo do texto, a expressão “conforme já exposto”. A IA detecta a repetição e propõe alternativas, como “como já mencionado” ou “como já demonstrado anteriormente”, tornando o texto mais fluido e menos redundante. Em alguns casos, ela vai além e sugere simplesmente suprimir a expressão, quando percebe que a referência anterior já está clara no contexto.

É claro que a IA ainda comete deslizos, especialmente em textos mais complexos, com estruturas pouco usuais ou longas cadeias de oração. Mesmo nesses casos, a IA pode servir como um primeiro filtro, identificando rapidamente inconsistências que talvez passassem despercebidas. Depois da correção automática, cabe ao profissional decidir se a sugestão faz sentido e se deve ser mantida.

Ajustar o tom ao público

Às vezes, o desafio não está no conteúdo do texto, mas em como entregá-lo. Uma petição, um e-mail para o cliente e uma postagem nas redes sociais podem tratar exatamente do mesmo assunto, mas não podem soar iguais. O leitor muda, e com ele deve mudar o tom.

Na prática forense criminal, é comum que o advogado apresente uma petição para mostrar ao juiz ou ao tribunal por que a prisão decretada é ilegal. Ele cita jurisprudência, explica os requisitos legais do artigo 312 do Código de Processo Penal, argumenta sobre a ausência de contemporaneidade dos fatos. A linguagem é precisa, formal, direcionada ao juiz. No momento seguinte, esse mesmo advogado precisa explicar a situação à família do investigado, por mensagem de WhatsApp: “O juiz entendeu que ele poderia atrapalhar as investigações, por isso mandou prender. Mas estamos recorrendo, porque não tem motivo real para essa prisão.” A informação é a mesma. A forma, não.

Esse é um bom exemplo de onde a inteligência artificial pode ajudar. Ao usar um prompt simples, como “Reescreva o texto a seguir, mantendo o conteúdo jurídico, mas adaptando para um cliente leigo”, o advogado pode transformar trechos técnicos em comunicações mais humanas, mais claras e menos propensas a gerar dúvidas, medo ou desconfiança.

A lógica é semelhante para quem quer comunicar uma decisão importante do Tribunal nas redes sociais. O acórdão vem denso, com 20 páginas e frases que, de tão longas, parecem fôlego de maratonista. Mas o que o profissional quer é compartilhar o que importa: que o STF, por exemplo, decidiu que a gravação de conversa entre acusado e policial, sem autorização do juiz, não pode ser usada como prova. Para isso, um *prompt* como “Reescreva este conteúdo de forma clara e compreensível para o público leigo; será usado em uma rede social” ajuda a extrair a essência da decisão e apresentá-la de forma que não espante o leitor comum.

A IA serve, nesse contexto, como um tradutor. Mantém a substância, mas troca os óculos de leitura: ora escreve para o juiz, ora para o cliente, ora para o cidadão curioso que esbarra com uma postagem no Instagram. Com o tempo, isso também ensina o próprio profissional a modular melhor sua escrita.

Verificar pontos que podem ser rebatidos e ajustar o texto

Escrever bem, no Direito, não é só escolher as palavras certas. É prever os contra-ataques. Um bom texto jurídico já responde ao que o outro lado provavelmente vai dizer. Nesse ponto, a inteligência artificial pode

ser uma aliada discreta, mas eficiente: ela ajuda a encontrar falhas na argumentação, incoerências e lacunas. E, de quebra, sugere ajustes antes que o texto vá parar na mesa do juiz.

Quem advoga já faz esse exercício de se colocar no lugar da parte contrária. Mas a IA pode acelerar e aprofundar esse processo. Basta um comando simples como “Aponte possíveis argumentos que poderiam ser usados contra o texto a seguir”. O retorno vem em segundos e, muitas vezes, levanta questões que passariam batidas em uma revisão apressada.

Vamos a um exemplo prático no campo do Direito do Consumidor. Imagine que o advogado represente um cliente que processa uma companhia aérea pelo extravio de bagagem. Na petição inicial, ele argumenta que o consumidor viajava a lazer, teve a mala perdida no trajeto, precisou comprar roupas e produtos de higiene no destino e passou por constrangimentos durante a viagem. Pede indenização por danos materiais e morais, cita precedentes e o Código de Defesa do Consumidor.

Antes de protocolar a ação, o advogado resolve testar: cola o texto no editor de IA e escreve: “Quais argumentos a companhia aérea poderia usar contra essa petição?”

A resposta da IA pode vir assim: que não houve tentativa prévia de solução administrativa; que não foram anexados comprovantes das compras realizadas; que o bilhete prevê cláusula limitadora de responsabilidade (ainda que possivelmente abusiva); que a parte autora não demonstrou ter informado o extravio no momento do desembarque; ou ainda que não houve demonstração do abalo moral, além do mero dissabor.

A partir disso, o advogado ajusta a petição: junta os recibos, menciona o protocolo de reclamação feito no balcão da empresa, reforça a aplicação da responsabilidade objetiva, reforça os argumentos do dano moral. O texto segue o mesmo — mas agora vem com armadura.

Esse uso da IA é especialmente útil em áreas com alta litigiosidade e padrões repetitivos, como o Direito do Consumidor. O advogado conhece o caminho, mas a IA ajuda a enxergar os buracos. Ela não substitui o juízo crítico, mas cumpre bem o papel de revisor cético: aponta fragilidades, antecipa defesas, questiona pressupostos.

Muitas vezes, o que define o sucesso de uma ação não é só a força do que se diz — mas a antecipação do que virá do outro lado. A IA, nesse

contexto, funciona como aquele colega de escritório que lê seu texto e diz: “Tá bom, mas e se eles alegarem isso aqui?” E você agradece por ter escutado antes, e não depois.

15.3. Conclusões e advertências sobre a IA

A inteligência artificial não vai substituir advogados, juízes, promotores, defensores ou servidores. Não faz sustentação oral, não redige votos complexos, nem atende partes impacientes na sexta-feira à tarde. Mas pode ajudar muito nas tarefas repetitivas e cansativas: revisar, resumir, reescrever, organizar. Não decide por você, mas economiza tempo para que você decida melhor.

Ela sugere. Você escolhe. Ela escreve. Você revisa.

Você é o responsável.

É tentador imaginar que a IA vá resolver tudo sozinha, mas essa ilusão dura pouco — normalmente até a primeira vez em que ela inventa uma citação inexistente ou atribui a um desembargador fictício um voto brilhante sobre um tema relevante. O nome disso é **alucinação**: quando a IA produz um conteúdo falso com aparência convincente. E isso acontece mais do que se imagina. Petições com doutrina fabricada, jurisprudência inventada, citações forjadas ou fora de contexto já viraram realidade no dia a dia dos tribunais. O parágrafo está bonito, bem pontuado — e completamente falso.

O problema é que essas alucinações são difíceis de detectar se o usuário não tem familiaridade com o tema. Por isso, a etapa de revisão é inegociável. A IA não entende os limites de uma tese jurídica, não sabe o que é pertinente para o caso, não avalia provas nem interpreta normas com densidade. Ela entrega possibilidades. Cabe ao profissional do Direito decidir o que faz sentido e assumir o que assina.

Se você nunca tentou usar a IA para ajudar na redação, experimente. Pode ser que consiga descrever fatos e argumentos com clareza e muita rapidez. A IA monta o esboço. Você transforma em peça. E, se bem usada, talvez sobre até um tempo para terminar o trabalho antes da madrugada.

A IA é útil, sim. Útil como aquele colega que tem boas ideias, mas precisa de direção. Ela não substitui o raciocínio, o estudo, o bom senso nem a responsabilidade profissional. A inteligência mais importante no Direito continua sendo a humana. A IA é só reforço. E, como toda ferramenta, só funciona bem nas mãos de quem sabe o que está fazendo.

15.4. Podemos abandonar os modelos prontos e usar apenas a inteligência artificial?

Você já deve estar usando inteligência artificial para redigir petições ou decisões — ou, pelo menos, pensando nisso. Mas será que ainda vale manter os velhos modelos prontos? Ou é hora de largar tudo e deixar a Inteligência Artificial escrever tudo por você?

O caminho mais eficiente, hoje, é combinar ambos. Nenhum dos dois substitui o outro por completo.

Vamos começar pela IA. Ferramentas baseadas em modelos de linguagem (LLMs²), permitem escrever com mais agilidade. Elas entendem o contexto, captam o estilo do usuário e sugerem argumentos jurídicos bem estruturados. Se você precisa escrever uma petição com boa fundamentação, ou quer reescrever um trecho confuso, elas ajudam muito.

Mas aqui está um ponto importante: essas ferramentas não sabem o que é verdade ou não. Elas criam textos com base em padrões linguísticos. Isso significa que podem “alucinar”: inventar jurisprudência, doutrina, até artigos de lei. E como o texto parece convincente, o erro passa batido. Então já dá para perceber que, mesmo nos assuntos mais comuns, como um simples pedido de gratuidade da justiça, todo texto gerado por IA precisa passar por uma revisão atenta.

Do outro lado, estão os modelos prontos, nossos velhos conhecidos. Eles vivem nas varas, nos escritórios, nos sistemas internos. Servem para aquilo que se repete: petições de rotina, termos de audiência, despachos simples. Também funcionam bem para trechos de fundamentação mais batidos, como pedidos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor,

2 LLMs (Large Language Models) são modelos de inteligência artificial treinados com grandes volumes de textos para entender, gerar e reescrever linguagem humana de forma coerente e contextualizada.

concessão da gratuidade da justiça ou alegações de ilegitimidade ativa ou passiva. Esses nossos modelos já foram testados, aprovados e, em muitos casos, estão integrados ao sistema do tribunal ou ao próprio MS Word.

Quando usamos um modelo para, por exemplo, tratar da gratuidade da justiça, a revisão costuma ser simples: basta uma leitura rápida, já que você conhece o texto e sabe que ele está correto. Porém, se você gerar um texto com a IA, a revisão exige atenção linha por linha, justamente pelo risco de alucinação ou de uma formulação inadequada.

Claro que os modelos têm limites. São engessados, e quando o caso foge do padrão, eles não acompanham. Se a situação exige uma análise mais cuidadosa, uma argumentação mais robusta, o modelo não resolve.

O ideal, portanto, é saber escolher. Para o que é repetitivo e já está bem definido, use modelos. Eles garantem consistência e facilitam a revisão. Para o que exige mais elaboração, recorra à IA. Mas use com consciência: não delegue a ela a sua responsabilidade.

Assim, combinar ambas as abordagens é o que traz mais produtividade.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM IRAC

Agora vamos juntar dois elementos que vimos até aqui: o método IRAC e o uso da inteligência artificial (IA) na redação jurídica.

A ideia é simples e eficiente: usar o IRAC, que ajuda a organizar os argumentos de forma lógica e direta, como base para orientar a IA na criação de textos jurídicos mais claros, estruturados e objetivos. Com um bom *prompt* e essa estrutura definida, a IA consegue gerar um rascunho de qualidade. Depois, basta revisar, adaptar e incluir seu toque pessoal, com a experiência que só você tem. O resultado: um texto produzido rapidamente, mais claro e com menos esforço.

Essa combinação funciona especialmente bem em casos jurídicos simples. E isso não é pouca coisa. Na prática, ela atende à maior parte das demandas que tramitam hoje no Judiciário: revisões contratuais, ações de cobrança, conflitos de consumo, execuções, benefícios previdenciários etc. Como muitas dessas situações já contam com jurisprudência consolidada, o uso da IA se torna ainda mais seguro e produtivo.

Na sequência, vamos colocar a teoria em prática: primeiro, vamos criar um texto do zero com base no IRAC. Depois, vamos usar uma contestação real para montar, a partir dela, um trecho de réplica com apoio da IA.

16.1. Construindo do zero

Quando você quiser usar a IA para criar uma argumentação do zero, o segredo é montar um *prompt* que descreva, objetivamente, o que você quer que a IA escreva. Depois, diga para estruturar o texto com base no método IRAC. Ainda, indique o tom desejado: se o texto deve ser técnico, didático, direto, mais formal ou mais acessível.

Vamos montar um *prompt* bem específico:

Atue como um advogado especialista em Direito do Consumidor, no Brasil. Redija um texto jurídico, com aproximadamente 200 palavras, estruturado com base no método IRAC, para ser incluído em uma contestação.

O autor afirma que o réu descumpriu contrato ao não entregar, no prazo acordado, um site institucional para um pet shop. Esclareça que o atraso decorreu de fato superveniente: a sede da empresa ré foi diretamente afetada pela enchente que atingiu o estado do Rio Grande do Sul entre o final de abril e o mês de maio de 2024 — evento amplamente reconhecido como uma das maiores tragédias climáticas da região.

Sustente que a situação configura caso de força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, por se tratar de evento imprevisível e inevitável, que impossibilitou temporariamente a continuidade das atividades da empresa.

Instruções para a redação do texto:

- Use linguagem técnica, clara e objetiva, própria de peças processuais, evitando excesso de formalismo.
- Cada etapa do método IRAC deve estar em um parágrafo separado, sem identificar as etapas com marcadores ou nomes (ex.: sem escrever “Regra”, “Aplicação”, etc.).
- O texto deve ser coeso, direto e juridicamente fundamentado.

O resultado ficaria assim:

O autor imputa ao réu a prática de inadimplemento contratual, alegando que este não teria entregue, no prazo ajustado, um site institucional encomendado para fins comerciais. Contudo, tal atraso não decorre de descumprimento voluntário, mas sim de circunstância excepcional e superveniente que comprometeu, de forma substancial, a capacidade de cumprimento da obrigação assumida.

A legislação civil brasileira, por meio do art. 393 do Código Civil, dispõe que o devedor não responde por prejuízos resultantes de caso fortuito